

18 ABR 2001

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

No cravo e na ferradura

Não fossem os fatos elementos incontestáveis, poderíamos até supor que o destino conspira contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho: um dia perde um, no seguinte o revés desaba sobre o outro. E ambos vêm vindo assim desde que entraram numa guerra da qual nada indica que restarão sobreviventes.

Só a eles parece escapar a evidência de que foram construindo uma armadilha de desmoralização recíproca e dela são hoje as vítimas principais. Os efeitos da briga autofágica, é nítido, transbordarão o limite das figuras dos dois senadores. A cada vez que pretendem se defender, não apenas complicam as respectivas situações, como aumentam a área de expansão de acusações a respeito de episódios nefandos dos quais tinham conhecimento e que agora a ira os faz revelar.

O que pode resultar – e com certeza resultará – positivamente para o país. Aos poucos vamos tomando conhecimento de métodos e modos tradicionalmente vigentes na forma de a elite política lidar com a coisa pública e que sempre foram protegidos pelo silêncio tácito não apenas dos seus beneficiários diretos, mas também daqueles cuja expectativa era a de algum dia vir a tirar alguma vantagem de uma estrutura de Estado que nunca esteve a serviço do cidadão. Antes servia a quem, pela via do poder ou do dinheiro, tinha acesso aos *abra-te sésamo* da máquina administrativa.

Esta será – se houver disposição e interesse em investigar sem a lógica do espetáculo, tudo aquilo o que vão revelando os dois senadores – a boa resultante de uma exposição de vulnerabilidade retórica nunca vista.

Nada nos autoriza a concluir que essa história esteja no fim e quase tudo nos leva a supor que, lamentavelmente para os dois senadores, serão as carreiras políticas de seus autores os alvos primordiais.

Nessa altura, não cabem julgamentos definitivos a respeito de nenhuma das acusações. Até porque para a tarefa de apontar responsabilidades existem instrumentos, nem sempre ágeis e competentes, mas disponíveis e em plena vigência legal.

O que não permite mais dúvida é o resultado político da conduta que escolheram – ou em alguns momentos foram levados a escolher – dois políticos do porte, da liderança, do poder de influência e da importância de Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães.

Jader não consegue cercar-se de normalidade institucional como presidente do Senado e ACM não pôde se transformar no paladino da moralidade que imaginava nem liderar a oposição ao governo Fernando Henrique como desejava.

Quando a derrota se abate sobre um, o outro imediatamente assume ares magnânicos, mas a vitória, em seguida, revela-se de Pirro. Tomemos o exemplo mais recente desta semana: na segunda-feira, Jader Barbalho fez uma autodefesa que teria sido satisfatória, caso não sobrasse à opinião pública a sombra da desconfiança sobre a sociedade do senador com o homem hoje classificado como o maior fraudador da Sudam.

Ainda que a fraude tenha sido descoberta no ano seguinte à concretização da sociedade, isso não faz desaparecer o delito, muito menos esclarece em que época foi cometido. Apesar expõe a ocasião em que foi descoberto. Isso não produz provas a respeito da conduta de Jader Barbalho, mas o deixa na condição de parceiro de negócios de gente dada a práticas ilícitas. Ainda mais que não se teve notícia de rompimento posterior de relações.

O senador Jader Barbalho há de convir que se o senador Antonio Carlos Magalhães ou qualquer outra figura pública tivessem tido, em qualquer data, associações com Jorgina de Freitas – a maior fraudadora da Previdência – ou com Nicolau dos Santos Neto – o maior fraudador da Justiça do Trabalho – haveria inequívocos e irresponsáveis prejuízos políticos às suas carreiras.

Da mesma forma, ocorre com ACM. No dia em que Jader lutava pela própria reputação na tribuna do Senado, o adversário fazia o silêncio dos justos, com postura de vitorioso. Mas, menos de 24 horas depois, o relatório da Unicamp revelava que houve violação do painel eletrônico na sessão de cassação de Luiz Estevão, e funcionários do Senado asseguravam que uma cópia da lista de votação foi pedida pelo senador José Roberto Arruda que, segundo depoimento, o teria feito por recomendação de Antonio Carlos Magalhães.

A menos que estejam todos mentindo e envolvidos numa conspiração contra ACM, os fatos indicam fortemente que pode ter havido a utilização da presidência do Senado para o exercício de uma fraude – não há maneira mais amena de traduzir a questão. Uma situação muito desconfortável para quem se dispõe a vocalizar lições de moral.

Nada disso, no entanto, invalida o que dizem ambos. Jader Barbalho, por exemplo, atestou a existência de um esquema organizado de cobrança de comissões para projetos da Sudam, a partir de São Paulo. Se real, e o senador não tem porque se dar a invenções, estamos diante de um caso de corrupção sistêmica. Como aquele que era chefiado por Paulo César Farias no governo Fernando Collor.

Há algum tempo, os aliados dos dois senadores vêm avançando que a autofagia acabaria vitimando a ambos. Que a concretização dessa expectativa está próxima, parece claro. Resta saber quantas e quem serão as outras vítimas.

**Jader e ACM
construíram uma
armadilha de
desmoralização
recíproca e
tornaram-se
prisioneiros dela**